

Líderes querem que revisão comece logo

BRASÍLIA — As principais lideranças do Congresso decidiram ontem que a revisão constitucional precisa começar, independente das investigações da CPI do Orçamento e da imobilidade do presidente Itamar Franco. Reunidos durante duas horas e meia num almoço na residência oficial do presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), cerca de vinte parlamentares concluíram que a CPI não pode paralisar o Legislativo, embora ela deva continuar tendo prioridade. Em tom fatalista, os líderes concluíram ainda que o presidente da República está sem iniciativa. “Temos que tirar o país e o Congresso do engessamento”, disse o senador Elcio Álvares (PFL-ES).

“A casa está imobilizada por causa da CPI e, conseqüentemente, o país está parado”, concluiu Inocêncio, anfitrião e principal idealizador do encontro. A maioria dos parlamentares constatou que o presidente da República não tem condições de enfrentar a crise — nem mesmo para afastar o ministro Alexandre Costa, da Integração Regional, envolvido nos escândalos da CPI. “O presidente não toma iniciativa e não vai tomar”, constatou o senador Esperidião Amin (PPR-SC). “Quase todos que estavam lá se queixaram da inércia do governo”, relatou o deputado João Paulo (PT-MG).

Paralisia — Para enfrentar a crise de paralisia, os parlamentares decidiram apostar tudo na próxima semana. Segundo o líder do PFL no Senado, Marco Maciel (PE), “se perdermos a próxima semana, corremos o risco de inviabilizar a revisão”. O mesmo pensamento fo-

compartilhado pelo presidente da Câmara. Seguro de que a revisão tem que começar este ano, mesmo no meio do tiroteio da CPI, Inocêncio quer votar o regimento interno até a próxima quinta-feira. Para vencer os *contras*, grupo estimado em 140 parlamentares, as principais lideranças vão tentar, numa última tentativa, uma mobilização maciça dos parlamentares para encher o plenário e garantir o quórum, na semana que vem.

A postura dos líderes será apoiar a CPI, desde que ela não atrapalhe a revisão. Assim, Inocêncio resolveu pedir ao presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), para que os horários das reuniões da Comissão não coincidam com as reuniões do Congresso. Ontem vários parlamentares mostraram-se descontentes com a utilização do plenário do Senado para o depoimento do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) numa quarta-feira, o dia de maior quórum parlamentar em Brasília. A incerteza do almoço foi a agenda da revisão. Entre as lideranças, a idéia mais comum é evitar temas polêmicos, como a quebra de monopólios — apesar da pressão monolítica dos empresários que querem votar logo esses temas.

O deputado Germano Rigotto (RS), no exercício da liderança do PMDB, disse que é preciso negociar com os *contras* (PDT, PC do B, PSB e PT), para conseguir mais adesão ao processo revisional. No almoço, o deputado João Paulo chegou a propor uma “agenda máxima”, em que a reforma na Constituição se esgotaria com a reforma tributária e fiscal.